ESPAÇO DE DIÁLOGO XI - IDENTIDADE E TERRITÓRIO

ÍNDICE

- **TERRITÓRIOS CRIADOS A PARTIR DA INCLUSÃO DE GRUPOS SOCIALMENTE MARGINALIZADOS ____ 2**
- **RETERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE ____ 4**
- **REDES DE TELECOMUNICAÇÕES: A INFLUÊNCIA DA RÁDIO NO PODER POLÍTICO LOCAL - O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO-RS ____ 6**
- **ESTUDO DA GÊNESE E DAS TRANSFORMAÇÕES DA IDENTIDADE DE SERTÃO SANTANA ____ 7**
- **HIDRELÉTRICAS E MIGRAÇÕES COMPULSÓRIAS: EXPULSÃO DO LUGAR E DESTERRITORIALIZAÇÃO ____ 11**
- **RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ATRAVÉS DO TRABALHO E MORADIA DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DA ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES CIDADÃOS AMIGOS DA NATUREZA DO MUNICÍPIO DE ERECHIM (RS) ____ 14**

TERRITÓRIOS CRIADOS A PARTIR DA INCLUSÃO DE GRUPOS SOCIALMENTE MARGINALIZADOS

CAROLINA TAVARES OLIVEIRA BORGES[1]

O atual contexto urbano brasileiro vem sofrendo um processo de reorganização econômica, populacional, social e política, desde que o Estado iniciou a corrida para a modernização com a industrialização. Entretanto, a estagnação ou involução do desenvolvimento econômico de países como o Brasil, materializa-se em todas as formas espaciais. As grandes regiões metropolitanas que sempre atraíram um grande contingente migrante, atualmente já não se configuram desta forma. Isto é comprovado pela redução das taxas de concentração populacional nas metrópoles, redirecionando a expansão urbana para as cidades de porte médio. Outrossim, as alterações na estruturação interna das cidades, vêm ao encontro deste raciocínio, onde surgem novos padrões de segregação sócio-espaciais. Os principais sinais são: 1) maior diversificação social em áreas de baixa renda; 2) difusão da pobreza por todo o tecido urbano; 3) emergência de novas formas de segregação das camadas médias.

Baseado nisso, observa-se que as camadas populacionais socialmente excluídas, mediante certa organização, apropriam-se de novos territórios.

Neste contexto, emergem territórios para lazer, esporte, convívio social em geral e, sobretudo, territórios político-ideológicos, na intenção de viabilizar aos "excluídos" a organização necessária para que adquiram consciência de sua cidadania e insiram-se onde antes não era possível.

A identificação dos atores sociais com o espaço que ocupam (SOUZA, 1995), bem como a ocupação do mesmo espaço por diferentes atores (COSTA,2000), são aspectos de grande relevância e exigem o cuidado do pesquisador. Também vale

[1] Geógrafa (gaduada em 2001 – Fundação Universidade Federal do Rio Grande)
Licenciada em Geografia (graduada em 2003 – Fundação Universidade Federal do Rio Grande)

ressaltar a importância dos núcleos urbanos de resistência que buscam seus direitos na solidariedade proposta por SANTOS (1997) e, então vêem a oportunidade de ocupar espaços onde antes era inacessível. (HEIDRICH, *et al.* 2000).

Um bom exemplo a ser citado é a participação popular no processo decisório de destinação dos recursos financeiros públicos, como no caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre. SOUZA (2000) propõe a que inserção das camadas socialmente excluídas dá-se a partir da autonomia, pois, teoricamente, o território pertence aqueles que o ocupam.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, R. L., ROZENDAHL, Z. (orgs.). (1997). Paisagem, tempo e cultura. Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/RJ.
COSTA, B. P. (2000). Diversidade cultural e territorializações intra-urbanas tomando como exemplo o centro de Porto Alegre/RS. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 26, pp 173/188. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre.
DAVIDOVICH, F. (2201). Metrópole – Escalas, questões e situação no Brasil. Comunicação ao Seminário "A Questão Metropolitana no Brasil: Segregação, desigualdade e governança". XXV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú/MG.
HEIDRICH, A. L., DUARTE, A. C., OLIVEIRA, G. M., TARTARUGA, I. G. P. (2000). Gestão territorial: a organização local frente à globalização. Anais do XX Encontro Estadual de Geografia, pp 207/214. Capão da Canoa/RS.
MARTINEZ, E. (2003). La significación social de los espacios públicos. In: Horacio Capel (coordinador). Ciudades, arquitetura y espacio urbano, pp 115/130. Instituto Cajamar. Barcelona/Espanha.
RIBEIRO, L. C. de Q., LAGO, L. C. (1994). Reestruturação nas grandes cidades brasileiras – o modelo centro/periferia em questão. Disponível em: www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/reestruturacao_cidades.pdf. Acessado em:03/08/2003.
SANTOS, M. (1997). A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. Editora HUCITEC. São Paulo/SP.
SILVA, L. R. (1991). A natureza contraditória do espaço geográfico. Editora Contexto. São Paulo/SP.
SOUZA, M. L. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Iná Elias de Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas, pp 75/116. Editora Bertrand Brasil S. A. Rio de Janeiro/RJ.
_____ (1998). Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um "conceito-problema". Revista Território, ano III, nº 5, pp 05/26. UFRJ. Rio de Janeiro/RJ.
_____ (2000). O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. Revista Território, ano V, nº 8, pp 67/100. UFRJ. Rio de Janeiro/RJ.

RETERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE

CÉSAR AUGUSTO FERRARI MARTINEZ[2]

Este trabalho visa tratar os fenômenos migratórios da população do ponto de vista fenomenológico e analisar as questões relativas à manutenção da identidade com o território ao qual se estabelece vínculo. Para tanto, trataremos de dois conceitos extremamente relevantes: desterritorialização e reterritorialização.

Existem diversas questões que envolvem parâmetros sociais e ambientais e estão intimamente atreladas às análises territoriais. Ao falarmos das dinâmicas migratórias, devemos estar cientes do valor indispensável da territorialidade frente à construção de uma identidade geográfica. Nas ciências políticas, o conceito de território está ligado à questão da posse, da gestão e do poder. No entanto, esses valores conduzem à dependência, não só econômica, mas de uma identidade cultural-simbólica com o território, pois, seja em que escala for, a população exerce uma influência subjetiva sobre o mesmo, adquirindo e concedendo uma dimensão de apropriação afetiva.

Na Geografia, embora seja comum a análise geopolítica do território, não podemos descartar a relação de cultura e simbolismo de um grupo social com sua propriedade de trabalho e/ou residência. O território abrange uma série de elementos que não podem ser deixados de lado na pesquisa social e nas dinâmicas populacionais. Dessa forma, deve ser visto na perspectiva de uma apropriação cultural, e não só de um domínio ou controle político. A relação de um indivíduo com seu espaço deve ser entendida como de diversas formas: cultural, afetiva, simbólica, religiosa, econômica, etc.

A desapropriação de um grupo ou de um indivíduo, seja ela de que forma for, implica no desenlace das suas conexões econômicas e políticas, mas não dos seus apegos psicológicos com o local. Esse processo de desterritorialização provoca na

[2] Estudante de Graduação na Geografia da UFRGS

população que o sofre uma desapropriação de identidade, pois rompe os vínculos afetivos dos sujeitos com seus ambientes.

Ao tratarmos das dinâmicas migratórias, o processo da perda de identidade se torna cada vez mais complexo, pois agora não tratamos só de uma desapropriação territorial e uma descaracterização de identidade, mas de uma reterritorialização e da construção de uma nova identidade em um meio, muitas vezes, completamente inusitado aos migrantes.

Devemos entender então, que todo processo de desterritorialização implica, necessariamente, em um processo de reterritorialização e que, a partir desse processo, são criadas novas identidades e estabelecidas novas relações dos sujeitos com o espaço. Dessa forma, podemos afirmar que, além de um instrumento de poder, o território é um recurso e, principalmente, um valor.

É pertinente aos estudos das dinâmicas da população compreender a totalidade das relações de uma população com o seu espaço geográfico, portanto, não se deve ignorar a análise psicológica dos ambientes estudados, incorporando às usuais análises econômicas e políticas, toda a rede de apropriação cultural existente nos processos territoriais.

REDES DE TELECOMUNICAÇÕES: A INFLUÊNCIA DA RÁDIO NO PODER POLÍTICO LOCAL - O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO-RS

FERNANDO MOUSQUER[3]

A partir da estruturação das redes de telecomunicações no Brasil, em meados da década de 70, ocorreu um processo de disputa pelas concessões de mídia no país. A possibilidade de atingir um grande número de pessoas atraiu muitos empresários. O Estado, por sua vez, tinha interesse em fazer uma cobertura de praticamente todo o território nacional. As concessões eram realizadas pelo governo e permitiam a exploração e difusão de canais de rádio e tv por um período determinado, cabendo também a possibilidade de renovação das mesmas. Esta estrutura acabou privilegiando as elites regionais brasileiras, que divulgaram a propaganda do governo militar, garantindo a legitimidade política do regime. Posteriormente, essas concessões possibilitaram o acesso dos seus detentores ao poder local, com base na manutenção do prestígio social e na participação da vida política da comunidade.

Nesse sentido, esta pesquisa busca diagnosticar o processo de territorialização e reprodução do poder local, através de um estudo de caso, relacionado a rádio, no município de Santo Ângelo-RS. A análise da forma de construção e distribuição das redes, assim como da circulação dos fluxos de informação em escala local, também são objetivos deste trabalho. Os procedimentos metodológicos terão como base a realização de pesquisa de campo, a tabulação e a análise de dados, buscando, através da utilização de um questionário junto à população local, informações sobre as preferências midiáticas e a possível associação destas com as expressivas votações obtidas pelos proprietários dos canais de rádio locais.

[3] Graduando em Geografia pela UFRGS e bolsista PET / SESu-MEC.

ESTUDO DA GÊNESE E DAS TRANSFORMAÇÕES DA IDENTIDADE DE SERTÃO SANTANA

MARLI TEREZA MICHELSEN DE ANDRADE[4]
ALDOMAR A. RÜCKERT[5]

Este trabalho dedica-se ao estudo do processo de ocupação/colonização da região onde atualmente encontra-se o município de Sertão Santana e da construção da identidade brasileiro-sertanense, passando pela análise do perfil do estado nacional em formação. Para compreender os processos que se desenvolvem quando da ocupação e fixação dos colonos na região escolhida foi utilizada a matriz da Geografia Cultural, e a metodologia adotada abrangeu a elaboração de mapa do município e seu posterior cruzamento com imagem de satélite. Para a obtenção de dados sobre os primórdios da povoação foram realizadas entrevistas e revisão bibliográfica e documental.

A ocupação da Capitania de São Pedro pelos lusos e a necessidade de defender suas fronteiras das invasões dos platinos, a distribuição de sesmarias e a preocupação que causa aos latifundiários e ao governo imperial a posse das terras devolutas pelos intrusos ou posseiros, leva o governo a pensar os termos da viabilização da imigração de colonos europeus, preferencialmente alemães, que, além de contribuírem com seus conhecimentos técnicos poderiam ainda participar para melhorar a qualidade da população. A partir de 1824 começaram a chegar na Província de São Pedro os primeiros imigrantes alemães, destinados à Feitoria do Linho Cânhamo, atualmente São Leopoldo.

A colonização das terras, que originaram o Município de Sertão Santana por pequenos agricultores europeus e/ou seus descendentes, se dá em três momentos

[4] Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

[5] Graduado em Estudos Sociais e Geografia pela Unijuí (1978)Mestre em Geografia/ Organização do Espaço pela Unesp, Campus de Rio Claro (1991);Doutor em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (2003);Professor pesquisador do Departamento de Geografia da UFRGS.

diferentes: primeiramente, a partir de 1825, nos primórdios da imigração para São Leopoldo até meados de 1880. Chegam famílias compostas por etnias mistas através de São Jerônimo e Barão do Triunfo. Em 1892, por conta das atividades da Companhia de Colonização Riograndense chegam os colonos, de diversas procedências, frutos da enxamagem, inclusive imigrantes e entraram na região por Barra do Ribeiro. E finalmente, nos períodos subseqüentes, chegam as pessoas de maneira aleatória, vindas da Alemanha, de regiões vizinhas e das antigas colônias.

Quando Getúlio Vargas institui o Estado Novo e implementa a campanha de nacionalização através da qual a cultura nacional deve ser homogeneizada, no sentido de que todos passem a falar a mesma língua e desenvolvam um ideário eminentemente nacionalista, as colônias alemãs passam a ser vistas como redutos de uma etnia fechada sobre si mesma, verdadeiros "quistos étnicos"sujeitos à nacionalização. As populações das colônias, e entre estas Sertão Santana, são submetidas então a processos traumatizantes de coerção, medo, prisões e ,entre todas as violências, a mais impactante é a proibição do uso da língua alemã. Conseqüentemente, a incipiente identidade dos colonos sertanenses sofre nova transformação a partir de 1938. A deflagração da guerra com a Alemanha não favoreceu nem um pouco a situação dos colonos descendentes de imigrantes em nosso país, mesmo com as evidências apontando em direção à sua brasilidade.

Passado esse período, em 1946 uma nova Constituição concede igualdade de direitos a toda população. Os eventos vivenciados em Sertão Santana, ou seja, a chegada como sobreviventes, em um primeiro momento, a apropriação de seus lotes nas linhas adquiridas da Companhia Riograndense de Colonização, o Estado-Novo e sua campanha de nacionalização, a Ação Integralista Brasileira, e a II Guerra Mundial, testemunham processos contínuos de nacionalização, que é, finalmente, finalmente incorporada pelas novas gerações que se tornam agentes definitivos da integração com os brasileiros.

Emancipado em 1992, este município mantém heranças culturais que colorem o processo de assimilação, valorizando traços étnicos alemães e suas tradições já bastante diluídas. É um município economicamente viável tendo o cultivo do fumo e do arroz como principal cultura.

Num primeiro momento, me debrucei sobre o processo de Imigração Alemã para o nosso Estado e logo entendi que teria de voltar mais no tempo para compreender as razões do Império para a importação do elemento humano europeu para ocupar nosso país. Esta região que atualmente é o Estado do RGSul caracterizava-se por uma condição física e social diferenciada: era isolada em função da distância dos centros de influência constituídos por Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo; era uma zona de transição entre a região do Prata, dominada pelos espanhóis, e a região dos portugueses que, pelo Tratado de Tordesilhas, deveria começar em direção norte a partir de Laguna. De caráter eminentemente fronteiriço, fez história de lutas ferrenhas contra os espanhóis para manter estar terras para Portugal. A região sobre a qual estamos nos referindo e que se localiza na encosta leste do Escudo Cristalino era ocupada pelos índios arachanes , que significa "povos da lagoa". Pertenciam à tribo dos Tapes. À medida que o elemento branco chegava o índio era aprisionado ou fugia para outras paragens. Na maioria das vezes era extinto. Há indícios de sua passagem nesta região em virtude de materiais encontrados por ocasião do preparo da terra para o plantio.

Em meados do século XVIII, colonos lusos começaram a ser introduzidos na Capitania Geral de São Pedro, com o fito de promover a ocupação destas terras. Vou me remeter ao ano de 1751, quando os primeiros colonos lusos chegaram aos arredores de Rio Grande, na Capitania de São Pedro, para promover a ocupação da região. A Coroa Portuguesa disputava com os espanhóis palmo a palmo estas terras do sul, que encontravam-se fora da linha do Tratado de Tordesilhas. Pelo Tratado de Santo Ildefonso(1750), ficou acordado que as terras pertenceriam a quem as ocupassem. A esse compromisso foi dada a denominação de uti possidetis. Para garantir a posse das terras havia que ocupá-las. Outro motivo para a ocupação era a defesa dos territórios já habitados por portugueses. Vale também citar que a Coroa precisava da produção de alimentos para o abastecimento das tropas, que se alimentavam exclusivamente de carne.

Para efetivar e garantir a povoação da Capitania de São Pedro, foi instituída pelo governo português, a título de prêmio pelos bons préstimos à Corte, a doação de sesmarias, que constituíam imensas glebas de terras. As sesmarias podiam também ser solicitadas à Coroa e foi desta maneira que Domingos Ribeiro da Cunha e seu pai, Manoel Ribeiro da Cunha, obtiveram 1/2 légua de comprimento por 1/2

légua de largura e 3 léguas x 1 légua de largura respectivamente na área situada entre os arroios Ribeiro e Capivara.

Este sistema de doação de sesmarias favoreceu a formação de enormes vazios entre uma sesmaria e outra e um contingente de população despossuída, constituído por peões-soldados, mestiços, caboclos, aventureiros e ex-escravos, chamado de intrusos ou posseiros pelos latifundiários estancieiros criadores de gado, passou a ocupar os vazios existentes. Este contingente de nacionais ocupou as terras devolutas e os espaços entre as sesmarias, o que fez com que os latifundiários se sentissem-se ameaçados em suas propriedades. Este fato trouxe grandes preocupações à Corte portuguesa. Visando evitar um conflito pela posse da terra, o Governo Imperial deu por encerrada a distribuição de terras em regime de sesmarias em 1822, instituindo assim a pequena propriedade rural através do regime de posse, o que foi modificado apenas em 1850 com a Lei de Terra. Inicia-se assim formação de uma classe média composta por homens livres e independentes, que vão promover o desenvolvimento da agricultura formando uma mentalidade que permitisse ao país superar todos os obstáculos decorrentes de sua formação inicial, sustentada pelo tripé: latifúndio, monocultura e escravidão.

Em 1822 o Brasil tornou-se independente de Portugal e dois anos mais tarde deu início efetivo ao programa de imigração de colonos europeus.

Outro acontecimento histórico que considero importante em nosso estudo remete-se à primeira divisão administrativa do Estado, e que aconteceu em 1809. Ainda não havia Estado, ainda não havia Rio Grande do Sul. Havia sim, como já vimos, a Província de São Pedro e esta foi dividida em quatro circunscrições administrativas: Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha e Porto Alegre. Porto Alegre ocupava uma área imensa que, como as outras três, foi sendo dividida até chegar à configuração atual. Vemos então que Sertão Santana localizava-se dentro do município de Porto Alegre. (Um dos meus entrevistados, que mora na Dobrada, nasceu em 1921 e em sua certidão, consta Porto Alegre como local de nascimento. Isto se explica porque Guaíba emancipou-se em 1926 e Sertão passou a ser 4º Distrito.)

HIDRELÉTRICAS E MIGRAÇÕES COMPULSÓRIAS: EXPULSÃO DO LUGAR E DESTERRITORIALIZAÇÃO

ORLANDO ALBANI DE CARVALHO[6]

Nossa contribuição para o **Espaço de Diálogo** (ED), neste **XXIV Encontro Estadual de Geografia (2004)**, tem por objetivo compartilhar alguns aspectos da dissertação de mestrado que ora realizamos. Esta tem como título provisório "*Construção de hidrelétricas e migrações compulsórias: expulsão do lugar e desterritorialização*" e tematiza-se na questão das desapropriações de terras executadas pelo Estado brasileiro para a construção de grandes hidrelétricas.

Nossa pesquisa apresenta-se como um estudo de caso, onde tomamos por universo empírico os processos relacionados à construção da usina hidrelétrica de Itá (UHE Itá), localizada no rio Uruguai (27°15'S 52°20'W), entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS), na região sul do Brasil. O evento tem dimensão espacial mais ampla dado o reservatório desta usina possuir uma área total de 141 Km² e atingir também o território municipal dos municípios de Arabutã, Alto Bela Vista, Concórdia, Piratuba, Ipirá e Peritiba, em Santa Catarina e Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul.

Embora a construção de uma hidrelétrica comporte a ocorrência de diversos tipos de impactos ambientais, aquele ao qual restringimos nossa investigação é, então, o referente às *migrações compulsórias*, ou seja, os deslocamentos humanos de caráter *obrigatório* que o Estado realiza (tendo estes, portanto, *condição legal*), em função da abrangência dos reservatórios hídricos e outras instalações técnicas inerentes à tais obras de engenharia. A migração compulsória é um fato recorrente na história da construção de barragens no Brasil, especialmente à partir da década de [19]60, onde, através da Eletrobrás, o Estado brasileiro começa a desenvolver um projeto de construção de grandes hidrelétricas, no sentido da *modernização* do país e da adequação deste ao cenário internacional. De fato, as migrações

[6] Licenciado em Geografia. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS. Bolsista CAPES/UFRGS

compulsórias podem ser consideradas não apenas como sendo situações de desapropriações de terras, mas como envolvendo também indivíduos que não possuem títulos de propriedade de terra. As transformações na organização do território também tem efeito sobre não-proprietários (assalariados). Estes tem suas condições de trabalho, associadas a atividades agrícolas, ou outros serviços, também desfeitas, levando-os igualmente, em muitos casos, à migração.

Dados quantitativos levantados durante nossa pesquisa indicam números importantes para estes eventos migratórios. A construção da hidrelétrica de Sobradinho (rio São Francisco) causou a locomoção de 72 mil pessoas e a de Itaparica (no mesmo rio) a de 40 mil. Na região sul do país, a hidrelétrica de Itaipu, promoveu o deslocamento de 42 mil pessoas dos meios rurais e urbanos. Em nossa área específica de estudo, a bacia hidrográfica do rio Uruguai, além das quase 15 mil pessoas deslocadas pela construção da UHE Itá (onde a própria sede municipal de Itá foi *transferida* de lugar, com a construção de uma nova cidade), a UHE Machadinho atingiu 7 mil habitantes, em sua maioria – como em todos os demais casos – empregados e produtores rurais.

Foi da reação camponesa à execução destas obras (sendo emblemáticos os casos de Sobradinho, Itaipu, Machadinho, Itá), que surgiu, no inicio da década de [19]80 um movimento social rural (originalmente regional, mas que atualmente possui coordenação nacional) que manifesta a contestação e a resistência aos impactos sócio-ambientais causados pela construção de barragens: é o MAB (Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens).

O Estado, quando da execução dos projetos executivos destas obras, tem se utilizado para a determinação da localização destas obras, apenas de critérios *físico-geográficos* (geomorfologia, clima), sendo a questão social – as migrações decorrentes, por exemplo – tomadas como um aspecto secundário, solucionável por *mecânismos compensatórios*, como indenizações, troca de terra por terra ou reassentamentos. Ocorre, porém, serem os eventos de *migração compulsória* – considerados aqui como um processo de *expulsão do lugar* e de *desterritorialização* –, algo mais complexo e que exigem, conseqüentemente, o estabelecimento de uma nova ótica no planejamento dos projetos de construção de hidrelétricas. O inventário hidrelétrico da bacia do rio Uruguai (2002) considera 20 pontos de aproveitamentos hidrelétricos, todos localizados em regiões bastante povoadas. A

questão, deste modo, apresenta-se altamente relevante pelo o que se apresenta para o futuro.

Em nossa contribuição prática, propomos uma discussão deste tema, no âmbito deste ED, pautada pelos conceitos geográficos de **lugar**, **territorialização** e **desterritorialização**. A crítica que fazemos faz referencia ao fato de que as migrações compulsórias tem resultado na ruptura de relações culturais, sociais, econômicas e paisagísticas, histórica e *geograficamente* construídas no *lugar*, sendo os conceitos acima *chaves*, tanto para a analise crítica de obras realizadas, mas também questões fundamentais a serem incorporadas em discussões sobre futuros projetos.

RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ATRAVÉS DO TRABALHO E MORADIA DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DA ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES CIDADÃOS AMIGOS DA NATUREZA DO MUNICÍPIO DE ERECHIM (RS)

ROSANA MARY D. SCOLARI[7]
ÁLVARO LUIZ HEIRICH[8]

RESUMO

A experiência em torno de alternativas de trabalho que visam a assistir populações de baixa renda através de uma economia solidária é uma constante nos últimos 15 anos em vários países, principalmente na América Latina. Frente a realidade que vivemos nos dias atuais, em que o homem se vê diante dos processos dominantes, decorrentes da globalização assistimos certos grupos serem destruídos, juntamente com sua identidade.

Assim sendo, esta pesquisa tem como objeto estudar a experiência de trabalho realizado pela Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), iniciada em 2001, no município de Erechim (RS).

A ARCAN é composta por 22 pessoas, a maioria mulheres que desenvolvem suas atividades na Unidade de Triagem de materiais recicláveis, localizada no Bairro Progresso, além dos 142 associados que trabalham na coleta de material na rede viária do município.

Partindo desta premissa buscamos averiguar a significação de Erechim, do bairro onde residem, do espaço de moradia, do local onde trabalham e também o que representa para esse grupo ser um trabalhador “catador de material reciclável”.

Essas relações serão exploradas a partir da história do grupo, da realidade social e econômica que vivem, do processo de exclusão social ao qual são

[7] Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Endereço eletrônico: rosana@educacional.com.br
[8] Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Endereço Eletrônico: alvaro.heidrich@ufrgs.br

submetidos. Além disso, procuramos acompanhar os acontecimentos resultantes da adesão à nova forma de produção e serviços alternativos, nos moldes de uma economia solidária.

Pretendemos saber até que ponto o grupo identifica-se como “catadores”. Se esta relação identitária é sentida por eles como um elo a mais da exclusão, ou se a do seu trabalho via ARCAN representa uma ressignificação identitária através da qual passem a se sentir cidadãos trabalhadores, respeitados e aceitos pela sociedade local.

Para isso, remetemo-nos a uma investigação qualitativa em que o grupo é analisado por suas diferenças, semelhanças e experiências de vida.

Também procuramos contextualizar as condições do processo de desterritorialização, exclusão social e a reterritorialização, como forma de inclusão social.

A crise econômica tem atingido não apenas o meio urbano, mas também o rural. Dessa forma tem provocado a desterritorialização e exclusão social de famílias inteiras que não encontram outra saída a não ser a busca do mercado informal nas cidades pólos, a exemplo de Erechim, que tem atraído inúmeras famílias do meio rural e de pequenos municípios adjacentes, nas últimas duas décadas.

Atualmente muitas dessas famílias compõem o quadro de associados da ARCAN.

Toda a desterritorialização vincula-se a uma deslocalização que impulsiona o desenraizamento das pessoas implicando numa reterritorialização, ou seja, na construção de novas territorialidades.

Segundo Heidrich e Carvalho, o território só se consolida através de vínculos sintonizados entre si, que se fundamentam na apropriação, valorização e consciência do espaço.

Os homens vivem e desencadeiam ao longo do tempo um contexto histórico que se fundamenta na dinâmica da ocupação do espaço. O trabalho e a moradia, fundamental aos homens, reproduzem no espaço suas alternativas de sobrevivência. Assim sendo, acreditamos que a combinação entre o trabalho, território e lugar, forma uma cumplicidade, estabelecendo relações entre estes e as populações excluídas.

Nesse sentido, este estudo apóia-se na hipótese de que o território, como palco de potencialidades de trabalho, moradia e de humanização do espaço e o lugar, como representação do cotidiano e do sentimento de pertencimento, podem representar a possibilidade de uma vida melhor e quem sabe levar à uma ressignificação da identidade dos catadores de material reciclável da ARCAN.